

Pronunciamento da Sociedade Civil Mundial quando da aprovação das Diretrizes Internacionais para a Pesca de Pequena Escala durante o COFI (Comitê da Pesca da FAO) no dia 10.06.2014

Obrigada Presidente,

Em nome do Fórum Mundial de Povos Pescadores, Fórum Mundial de Pescadores e Trabalhadores da Pesca, o Coletivo Internacional de Apoio aos Pescadores Artesanais e do Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar, gostaríamos de parabenizar o 31º COFI pela adoção das Diretrizes Voluntárias para assegurar a pesca de pequena escala sustentável na escala no contexto da segurança alimentar e redução da pobreza.

Apesar da sua importância para o desenvolvimento econômico e social local, e para a segurança alimentar e meios de vida, este é o primeiro instrumento internacional que trata especificamente do setor da pesca de pequena escala em toda a sua cadeia produtiva. A importância deste instrumento não pode ser subestimada. Este é um momento histórico para a pesca artesanal.

Uma abordagem participativa com referência específica às mulheres, a distribuição equitativa dos benefícios da gestão responsável da pesca e dos ecossistemas são objetivos fundamentais a serem alcançados.

As Diretrizes são abrangentes e tratam, em um único instrumento, de todos os aspectos significativos da pesca de pequena escala e comunidades pesqueiras em uma perspectiva de direitos humanos. Estas Diretrizes apoiarão a visibilidade, reconhecimento e valorização da pesca artesanal e das comunidades pesqueiras no contexto da erradicação da fome e da pobreza. As Diretrizes também contribuirão de forma significativa para lidar de maneira eficaz com inúmeros desafios e constrangimentos enfrentados pelas comunidades de pesca artesanal em todo o mundo. Elas irão atender as necessidades sociais, econômicas e culturais das comunidades de pesca de pequena escala, e também vão ajudar as comunidades de pescadores a dialogar/negociar de forma significativa com o Estado e outros setores no sentido de garantir o acesso ao seu espaço de vida e de subsistência e na proteção desse espaço devido as várias ameaças.

No entanto, são consideráveis os desafios que enfrentaremos agora para a implementação das diretrizes, para dar pleno efeito às suas recomendações.

Sr. Presidente, as Diretrizes foram desenvolvidas através de um processo participativo e consultivo, envolvendo representantes das comunidades de pesca artesanal, povos indígenas, organizações da sociedade civil (OSC), os governos, as organizações regionais e outros atores. Nós esperamos que sua implementação seja da mesma forma: participativa, consultiva e inclusiva.

Para que as Diretrizes sejam colocadas em prática são necessárias reformas legais nacionais para tornar a legislação em pé de igualdade com as normas para os direitos humanos, para a pesca responsável e desenvolvimento sustentável.

Onde existe pobreza nas comunidades de pesca artesanal, é de natureza multidimensional e não apenas causada por baixos rendimentos, mas também devido a fatores que impedem o pleno gozo dos direitos incluindo direitos humanos, políticos, econômicos, sociais, culturais e civis. Pobreza e a negação dos direitos humanos prejudica a sustentabilidade. A plena realização dos direitos humanos das comunidades de pesca, como previsto por essas orientações, levará a utilização sustentável, a gestão prudente e responsável e a conservação dos recursos pesqueiros, de acordo com o Código de Conduta para a Pesca Responsável.

Manter os recursos pesqueiros é a base do bem-estar social e cultural, dos meios de subsistência e desenvolvimento sustentável.

O mais importante é a visibilidade e reconhecimento dos direitos das mulheres e do importante papel que desempenham em toda a cadeia produtiva da pesca dada pelas Diretrizes. Sem o seu empenho, a pesca não seria viável. Ao colocar em prática essas orientações, irão ajudar a preservar o seu espaço, e permitir-lhes participar plenamente nas decisões que afetam suas vidas e meios de subsistência.

As Diretrizes ajudarão os estados a perseguir políticas econômicas sólidas, inclusivas não-discriminatórias, para o uso dos recursos marinhos, de água doce e áreas de terra que permitam que as comunidades de pescadores de pequena escala recebam um retorno justo do seu trabalho, capital e gestão. Tais políticas também vão nos ajudar a melhor compreender, reconhecer e respeitar os papéis dos pescadores migrantes e trabalhadores da pesca na pesca de pequena escala.

A implementação das Diretrizes levará ao tratamento preferencial das populações indígenas e grupos vulneráveis e marginalizados. Elas vão ajudar a eliminar o trabalho forçado na pesca, evitar a servidão por dívidas de mulheres, homens e crianças, dar emprego decente a juventude, a melhoria da segurança marítima, incluindo a saúde e segurança no trabalho e bem-estar das crianças, incluindo a sua educação.

Sr. Presidente, para acabar com a nossa intervenção, gostaria de informar que nossa plataforma irá organizar um evento paralelo na hora do almoço na Sala Verde no primeiro andar deste edifício. O tema será a implementação das Diretrizes, no sentido de garantir o reconhecimento, proteção e promoção da pesca de pequena escala a nível nacional e internacional. Será uma oportunidade para compartilhar planos e estratégias para o futuro.